



Os agentes modeladores da produção espacial do núcleo de formação histórico de Juazeiro do Norte – CE

Paulo Wendell Alves de Oliveira*

Josier Ferreira da Silva**

Resumo: Este trabalho busca analisar a produção espacial do núcleo de formação histórico de Juazeiro do Norte, a partir dos agentes modeladores que são identificados neste processo, presentes na produção deste espaço. Tomamos como base teórico-metodológica, trabalhos já realizados por diferentes autores, que trabalham na perspectiva de debater o papel exercido pelos agentes sociais da produção do espaço. Elegemos os agentes modeladores como categoria de análise, pela flexibilização que o conceito nos permite, para que possamos analisar suas atuações em diferentes contextos históricos da formação territorial e espacial da cidade de Juazeiro do Norte, onde se destaca o núcleo de formação histórico pela materialização das ações desses agentes nos diferentes períodos históricos.

* Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG).

** Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor associado no Departamento de Geociências da Universidade Regional do Cariri (URCA).

The spatial production modeling agents of the historical formation core of Juazeiro do Norte – CE

Abstract: This paper seeks to analyze the spatial production of the core historical formation of Juazeiro do Norte, from modeling agents that are identified in this process, as the main, present in the production of this space. We take as a theoretical and methodological basis, works already carried out by different authors, working at the prospect of discussing the role played by social agents of production of the space. We elected the modeling agents as a category of analysis, the flexibility that the concept allowed us so that we can analyze their performances in different historical contexts of territorial and spatial formation of the town of Juazeiro do Norte, which highlights the core of the historical formation of materialization actions of these agents in different historical periods.

Palavras-chave:

Agentes modeladores; núcleo de formação histórico; Juazeiro do Norte.

Key-Words:

Modeler agents; historical formation core; Juazeiro do Norte.

Introdução

A cidade enquanto expressão materializada no espaço urbano é um produto social que responde a determinações do sistema vigente. Esse espaço surgiu a partir do resultado de ações acumuladas através do tempo, sendo concebido por agentes sociais que produzem e consome o espaço, esses agentes desenvolvem ações que derivam da dinâmica de acumulação do capital e dos conflitos de classes.

É na cidade que se encontra uma parcela cada vez mais crescente da população. No sistema capitalista, a cidade vai demandar cada vez mais altos investimentos de capital, tornando-se invariavelmente segregada, produzindo assim conflitos sociais que questionam e lutam pelo direito a cidade.

O espaço urbano deve ser entendido como um espaço fragmentado a partir de suas diferentes áreas, ao mesmo tempo articulada pelos fluxos que demanda, é reflexo e condicionante social, campo de lutas e dotado de símbolos projetados em formas espaciais (monumentos, lugares sagrados, ruas especiais, etc.) por diferentes grupos sociais (CORRÊA, 1993).

O modo de atuação desses agentes dá-se de forma complexa, onde se incorporam novas áreas ao espaço urbano, densificando o solo urbano, deteriora-se certas áreas, renova-se o urbano e projetam mudanças de infraestrutura e do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. Essas ações ocorrem dentro de um marco jurídico que regula suas atuações, sendo que a apropriação da terra urbana torna-se um denominador comum desses agentes sociais.

Diferentes autores abordam a produção do espaço urbano e a atuação dos seus agentes sociais, tendo destaque os trabalhos de Abreu (1997), Bahiana (1978), Corrêa (1993, 2012), Harvey (1973) e Vasconcelos (1997, 2002, 2012). Roberto Lobato Corrêa (1993, p. 12), em seu estudo sobre o espaço urbano, elege cinco agentes, como sendo os principais da produção do espaço urbano, sendo eles: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Nesse estudo sobre a cidade de Juazeiro do Norte, elegemos quatro principais agentes modeladores do espaço urbano, tendo como foco principal a construção e reconstrução do núcleo de formação histórico da cidade. São agentes identificados nesse processo: (1) o Estado, (2) a Igreja, (3) a população e (4) os agentes econômicos, tendo suas ações com maior ou menor intensidade, variando no tempo e no espaço.

Elegemos os agentes sociais como uma categoria de análise pela flexibilização que possui, permitindo-nos que o conceito seja adaptado a cada realidade em diferentes períodos da produção da cidade de Juazeiro do Norte, possibilitando assim uma maior compreensão da produção e reprodução do espaço urbano. São os agentes produtores que fazem a história por meio de suas alianças, conflitos, jogos de interesse, facilitando a nossa compreensão da sociedade em diferentes épocas.

Contudo, esses agentes também podem se apresentar integrados de acordo com causas internas ou externas, direta ou indiretamente e as estratégias de ação desses agentes variam tanto no tempo como no espaço, o que pode levar a novas funções de áreas, mudanças locais, transformação e/ou reestruturação de espaços antigos, afetando, portanto, o uso da terra urbana.

Sendo assim, esses agentes acabam por determinar de certa forma, o uso e a forma espacial da cidade, pautado principalmente nos interesses do capital hegemônico, contribuindo para a reprodução espacial do capital.

A cidade surge então como um produto, a ser comprado, vendido, enfim consumido. Consumido por toda a sociedade, mais beneficiando uma parcela, cujos interesses acabam por se sobrepor as necessidades da grande massa da população.

As formas materializadas na paisagem urbana são um produto histórico e trazem consigo as marcas históricas de diferentes períodos e os processos que constituíram essas aparências. Elas compreendem e constataam o mundo dos fenômenos. A paisagem urbana como forma de manifestação da produção histórica do espaço urbano, reproduz o acontecer histórico de diferentes períodos em um dado momento, o momento em que é observada (CARLOS, 2011).

Essas formas não são puras abstrações, estas, são produzidas a partir de ações concretas vinculado ao processo de construção e reconstrução da paisagem urbana. Ela reflete a dimensão da história e do socialmente produzido pelo homem. E, nesse contraste da paisagem expressam-se as relações sociais, o modo de vida, as desigualdades sociais produzidas em decorrência da demanda da produção social da cidade.

A cidade não é apenas permeada por relações de interesses e conflitos, ela manifesta o modo de sentir de cada indivíduo que nela habita. Entender o espaço urbano da cidade, deve necessariamente buscar compreender o modo de sentir das pessoas nos lugares (TUAN, 1980), os sentimentos que o ambiente urbano e sua materialização se apresentam nos cidadãos. Esse sentimento vai permear as ações da população em defesa ou apoio a ações por outros agentes sociais.

Portanto, a cidade é um modo de vida, é a materialização das relações sociais historicamente produzidas, é forma de sentir, viver, agir, consumir, é campo de conflitos, é forma de pensar normatizada por ideologias.

A cidade então deve ser entendida para além do modo de produção do espaço, sendo que a produção se dá ao mesmo tempo em que se reproduz, e esta, por sua vez, cria momentos contraditórios, sobre essa afirmativa, Carlos (2011, p. 26) aponta:

Se o processo de produção, por um lado, refere-se ao processo de realização e acumulação do capital, de outro refere-se ao desenvolvimento da vida humana em todas as suas dimensões e significados. Assim, a noção de reprodução apareceria como um conjunto contraditório de significados.

Isto é evidente nos interesses que se fundem nas ações entre o Estado e outros agentes e a defesa dos moradores pelas formas de direito à cidade, como moradia, lazer, ir e vir, a preservação de antigos lugares de consumo social, etc., como pode ser observado no episódio ocorrido no ano de 2013, que ficou conhecido como jornada de junho, onde as massas foram as ruas em diferentes cidades do país para reivindicarem melhorias para a sociedade.

Essa forma de reprodução social e da acumulação do capital fica materializada na paisagem urbana, defrontando diferentes contextos de períodos históricos distintos. Em Juazeiro do Norte, os contrastes entre o novo e o velho marcam o processo de reprodução do espaço, a partir das marcas que foram deixadas na morfologia da cidade, bem como, aquelas que foram apagadas e deterioradas.

As marcas e o uso do solo urbano materializado na paisagem do núcleo de formação histórico de Juazeiro do Norte demonstram os diferentes usos que este possuiu na reprodução social da cidade, no contexto de atuação de cada agente modelador que a produz a partir de ações individuais, conjuntas ou em conflitos.

O estado

Inicialmente, devemos destacar dois momentos de atuação do Estado para se compreender a produção do espaço urbano de Juazeiro do Norte. Em um primeiro momento como Império, onde Juazeiro do Norte apresenta-se com seu atual território pertencente a então freguesia

¹ Sesmarias é a terra inculca ou abandonada que os Reis de Portugal doavam aos sesmeiros, sendo o intuito principal de povoar o território, caracterizando-se mais como forma de apropriação do que de propriedade (MARQUES apud ABREU, 1997). “As leis das sesmarias, assinada por D. Fernando em 1375, foi na realidade uma lei violenta, que não teve como o antigo sistema sesmarial senão um ponto de contacto: a obrigatoriedade de cultivo como condição de posse da terra e a expropriação da gleba ao proprietário que a deixasse inculca. [...], pois o seu objetivo maior era obrigar os trabalhadores rurais a permanecerem no campo. [...] Com a expansão marítima portuguesa, o instituto da sesmaria foi transposto para as conquistas (como, de resto, toda a estrutura jurídica lusa). Grande viabilizador do processo de apropriação do território brasileiro, é impossível entender o período colonial sem que se faça referência ao sistema sesmarial, que só foi abolido as vésperas da independência. Todavia, seu impacto sobre a estrutura fundiária do país faz-se sentir até hoje.” (ABREU, 1997, p. 202-203).

² A grafia do nome Juazeiro, apresenta-se de diferentes formas nos documentos históricos sobre a localidade, ora escrito como Joazeiro, Joaseiro ou Juazeiro, iremos adotar a escrita, presente no mapa que apresenta seu território no momento do lançamento de sua pedra fundamental.

GGeografia Ensino & Pesquisa, v. 19, n.2, p. 07-22, maio/ago. 2015

Os agentes modeladores da produção espacial do núcleo de formação histórico de Juazeiro do Norte – CE

do Crato, e no segundo momento como republica, sendo que esta segunda, pode ser analisada num período técnico mais atrasado, onde ocorre a consolidação da cidade, sua expansão urbana e emancipação, e em outro momento de modernidade das técnicas e do desenvolvimento do capitalismo atual, que colabora para a transformação do núcleo de formação histórico da cidade.

O Estado tem papel fundamental na organização espacial das cidades, e sua atuação se dá de forma complexa e variada, tanto no tempo como no espaço, refletindo assim a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte.

No primeiro momento de atuação do Estado no império, como agente modelador que produz o espaço, a coroa portuguesa atuava por intermédio dos seus representantes, sendo destacados o governador-geral (vice-rei), governador provincial e as câmaras municipais (ABREU, 1997), sendo estes, extensões do poder do Rei e da metrópole sobre a colônia.

Os governos-gerais e provincial atuaram como distribuidores de terras, através das *leis de sesmarias*¹, onde o indivíduo ou ordens religiosas que recebessem a posse da terra, nela teria que produzir, essa lógica de doações serviu para povoar o extenso território brasileiro (VASCONCELOS, 1997).

A cidade de Juazeiro do Norte se insere nesse contexto, aparecendo em documentos históricos a partir do início do século XVIII, no ano de 1703, O primeiro dono de terras, no território onde hoje se encrava a cidade, foi o capitão-mor Manoel Rodrigues Ariosa, que recebeu as terras, obtendo sesmarias do capitão-mor Manuel Carneiro da Cunha, uma data de três léguas “[...] ‘a começar da Cachoeira dos Cariris [Cachoeira de Missão Velha] até entestar com o fim da lagoa dos cariris’ [...] que passaria a chamar-se Lagoa do Ariosa, onde, hoje, se encrava o Sítio São José [bairro São José], entre Crato e Juazeiro do Norte’.” (MACÊDO, 1978, p. 242). Estas terras compreendiam, o que mais tarde, viria a ser a Vila Relá do Crato, e, posteriormente, dois séculos após, Juazeiro. As doações de sesmarias, feitas no Cariri Cearense, se deram através da Capitania de Pernambuco, essa relação entre a Região do Cariri e a Capitania de Pernambuco será fundamental para a Região, ficando, a mesma, ligado a Pernambuco, mesmo após a criação da Capitania do Ceará Grande, seja pelos aspectos políticos, econômicos ou religiosos.

Na lógica de produção espacial de Juazeiro do Norte, devemos recuar ao processo de colonização do Cariri Cearense, para entender o processo de atuação do Estado, nesse período como império, que tinha como principal interesse, povoar o extenso território brasileiro.

A colonização do Ceará dá-se de forma atrasada, quando comparado a outras localidades do Brasil. A colonização do Cariri foi motivada por dois fatores, o primeiro se deu pela notícia da possibilidade da existência de ouro na região, sendo que colonizadores provindos, principalmente da Bahia, Sergipe e Pernambuco, como é apontado por Girão (1989), vieram alcançar o Cariri, margeando o leito dos rios, onde o São Francisco, constitui-se no principal disseminador da civilização no Sul do Ceará.

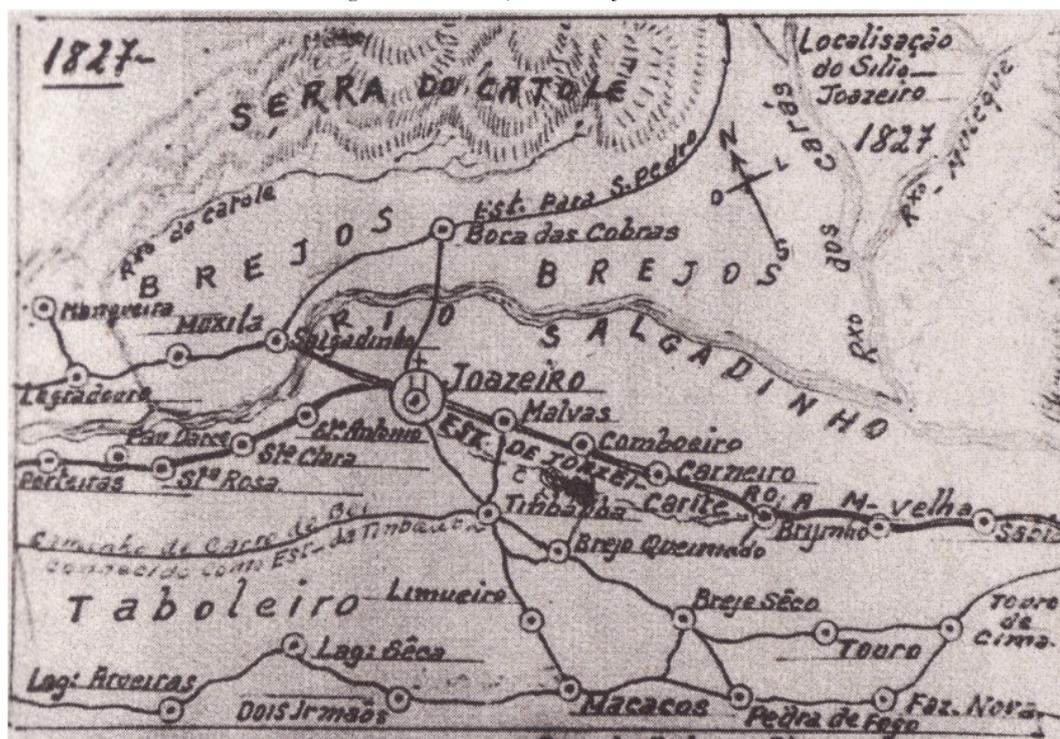
Porém a busca por ouro e outros metais preciosos falhou, entretanto, visando à caracterização geoambiental existente na região, graças a Chapada do Araripe, com suas fontes de águas perenes e mata frondosa, apresentando como um oásis no Sertão Nordeste, logo, seu território passou a ser integrada a agricultura e a pecuária. Nesse período, irão ocorrer os principais pedidos de sesmarias, dentro da lógica de povoação implantada pelo império, enquanto Estado, visando à produção destas terras, ao passo em que, descumprida essa lei a terra se torna devoluta.

Não demora muito a despontar os primeiros arruados, que com o avançar dos diferentes períodos e as benfeitorias produzidas pelo governo, através da construção de Armazéns, estradas, etc. (ABREU, 1997), vão tornando-se currais, posteriormente, desenvolve-se em fazendas, ao passo de tornarem-se vilas e cidades. Com o desenvolvimento desses lugares, as localidades vão sendo, cada vez mais fragmentadas, seja pelas terras devolutas, novos pedidos de sesmarias, repartição de heranças ou até mesmo pela venda de propriedades.

O Juazeiro do Norte surge como sítio Joazeiro², sendo seus principais povoadores vindos

da localidade de Icó, principalmente comerciantes, que após o declínio daquela cidade³, migraram para região do Cariri, dentre estes, se destaca a figura do Padre Pedro Ribeiro, que seguindo o passo de seus ancestrais, torna-se grande proprietário rural, adquirindo grandes extensões de terras, dentre elas “[...] senhoreando os Sítios Juazeiro, Boca das Cobras, Mata, Prazeres e Currais de Baixo” (MACÊDO, 1978, p. 243), sendo a primeira das localidades, situada à margem direita do Rio Salgadinho (Figura 1), que avançava sobre um terreno planáltico, denominado de Tabuleiro Grande. Foi então neste local, onde passou a residir, constituindo casa-grande, engenho de açúcar, aviamento, senzala e uma capela que mandará construir e dedicar a Nossa Senhora das Dores, hoje padroeira da cidade, tornando-se o mesmo, o primeiro capelão do lugarejo.

Figura 1 – Localização do Sítio Juazeiro - 1827



Fonte: História da independência de Juazeiro do Norte, 2010. Conforme desenho produzido por Otávio Aires de Menezes.

A localidade vai seguindo seu processo de desenvolvimento, sua economia primitiva, caracterizava-se pelo cultivo de algumas culturas como o milho e a mandioca, além da cana-de-açúcar, bem como, a instalação de oficinas e pastagens, que garantia a subsistência de seus moradores⁴, que aumentava a cada dia com a instalação de novos equipamentos e o aumento da agricultura local.

As câmaras municipais, por sua vez, exerciam um papel de resolver os assuntos locais, sejam de âmbito administrativo, jurídico e policial. Eram as câmaras que fiscalizavam o uso e produção das terras, desempenhavam função de polícia rural e eram quem elegiam o maior número dos funcionários da administração geral. Maurício de Abreu (1997) complementa essa idéia, apontando que foi a partir do estabelecimento das primeiras câmaras municipais a forma para consolidação do território, com base no desenvolvimento de um poder local. Com relação a Juazeiro do Norte, neste período permaneceu como povoado, sendo uma extensão do território da Vila Real do Crato, que é elevada a essa categoria no ano de 1763, assim sendo, a câmara municipal era instalado na localidade central do município, ficando o povoado de Juazeiro, subordinado administrativamente, pagando seus impostos a localidade central.

No dia 30 de setembro de 1858, através de um ato, foi criado o distrito, denominado de Núcleo de Juazeiro, o que vêm a reforçar a tese do rápido desenvolvimento, pelo qual passava o lugar.

Vale ressaltar que a igreja católica era a religião oficial do império, logo, essa se apresenta, de cer-

³ A cidade de Icó entra em decadência neste período, dado pela decadência da pecuária, que se constituía, como sendo o principal foco da economia do lugar, assim vários de seus habitantes afluíram para vilas vizinhas, principalmente para o Cariri Cearense, sendo que as principais famílias, constituída de ricos comerciantes, alteraram significativamente o cotidiano local, contribuindo para o aperfeiçoamento dos costumes. Destas famílias vindas de Icó, Irineu Pinheiro (2010) enfatiza o nome do Cel. Antonio Luís Alves Pequeno, que exercerá grande influência na vida política, social e cultural de Crato. Pelos seus hábitos e conduta de homem empreendedor, logo se tornou influente no cenário político local da cidade, tornando-se Presidente da Câmara Municipal, em 1853.

⁴ Amália Xavier de Oliveira (1982) faz uma rápida descrição da vida local neste período, onde as mulheres se ocupavam nos trabalhos domésticos e desfiavam o algodão para fazer as roupas dos filhos e maridos de forma artesão, enquanto que os homens ocupavam-se no trabalho com o gado nas fazendas, solta das rezes, alimentação, vaquejada, ordenha, além do desmanche da mandioca, trabalho de colheita, caça, pesca, etc.

ta forma, como uma extensão do poder do Estado, exercendo em alguns períodos papéis semelhantes ao do Estado, além de ter influência na tomada de algumas decisões, isso era uma realidade tão evidente que os párocos eram servidores do Estado, essa discussão será retomada no ponto a seguir.

Com a chegada do Padre Cícero, agente simbólico ímpar no processo de produção espacial de Juazeiro do Norte, no ano de 1872, irá mudar de vez o destino da povoação, principalmente, pelo fato ocorrido no ano de 1889, a hierofania ocorrida no lugar, que transformará Juazeiro em um centro de peregrinação, transformando-a em hierópolis (ROSEND AHL, 2002).

No ano de 1889, com a proclamação da república, o Estado passa a exercer papel ainda mais forte como um agente modelador do espaço urbano, graças ao processo de desenvolvimento que muitas cidades irão passar, dentre elas, se insere nesse processo Juazeiro do Norte, no contexto de consolidação, na luta pela emancipação política e afirmação como principal cidade do Cariri Cearense.

Dentre os anos de 1872, que marca a chegada do Padre Cícero até o ano de 1909, que consolida a luta pela emancipação política do lugar, Juazeiro passa por um processo de rápido crescimento demográfico, passando de 2.000 habitantes segundo dados de 1875, para mais de 15.000 habitantes em 1909 (BARTOLOMEU, 2010). Esse fluxo demográfico para o lugar se deve pela cresça de o Juazeiro se constituir como uma cidade santa, ligado diretamente a figura do Padre Cícero, ao passo que, ele desenvolve grande prestígio como figura política de nível local, estadual e nacional, com isso, permiti que vários empreendimentos fossem instalados na localidade pela atuação do Estado.

Com o acelerado desenvolvimento pelo qual passa o lugar, sentiu-se a necessidade de autonomia, necessidade essa que segundo diferentes historiadores, advieram ao fato de Juazeiro passar por um crescimento econômico, sendo todos os seus impostos arrecadados pelo Crato, porém, não retornavam em forma de melhoria. Dessa forma, o Estado, na sua esfera municipal, não buscava investir em Juazeiro, pelo receio de perder sua hegemonia como principal localidade da região.

O pedido de autonomia de Juazeiro perante o Crato veio criar uma forte rivalidade entre as duas cidades. Em 1909, graças a um depoimento de um missionário, os moradores de Juazeiro vieram a decretar uma greve geral à economia do Crato, boicotando suas feiras, os moradores de Juazeiro que trabalhavam em Crato, deixaram de ir exercer suas funções, isso só serviu para acentuar a necessidade de autonomia de Juazeiro, apresentando assim que o principal fator de luta pela autonomia era o fator econômico.

Com a intervenção do Padre Cícero na causa, o mesmo veio a fazer um pedido ao governador Accioly, presidente do Ceará, para intervir no processo de autonomia, porém este último decidiu não tomar partido, visto que era grande amigo do prefeito do Crato, que lhe garantia muitos votos.

Deste fato, Juazeiro fez algumas concessões ao Estado, dentre as principais, “[...] incluindo a que assegurava a Accioly o apoio eleitoral de Joaseiro aos candidatos do PRC-C, [fato que] ainda não ficara assegurado se o governador do estado desejava mesmo outorgar a autonomia a Joaseiro” (DELLA CAVA, 1978, p. 162).

O fato da autonomia do Juazeiro resultava na concessão de parte do seu território, por parte do Crato, algo que não era aceito pelo prefeito da localidade. A luta veio a se acentuar, quando ao ano de 1910, Barbalha e Missão Velha, municípios contíguos ao de Juazeiro, cederam parte dos seus territórios para consolidar a emancipação da localidade, que veio a se efetuar depois de muitas lutas, no ano de 1911.

Esse fato ilustra muito bem, a atuação exercida pelo Estado, na defesa de seus interesses, quando a produção espacial de Juazeiro, que só passou a ceder ao ponto que, outras localidades, na sua esfera municipal, aderiram à luta junto à localidade de Juazeiro, somando-se assim, o Estado veio a ceder na disputa de interesses e fazer a concessão ao Juazeiro, tornando-o independente.

Com a emancipação o Padre Cícero veio a torna-se o primeiro prefeito da localidade, ingresando de vez na carreira política. Sua atuação e ligação nos grandes círculos da política local, estadual e nacional, irão contribuir para a consolidação de Juazeiro do Norte, como principal cidade da Região Cariri, fato esse que ganha principal destaque a partir do movimento da “Sedição de 1914”⁵.

⁵ Este episódio foi marcado por um processo de luta armada que envolveu, de certo modo, o Ceará como um todo, já que sua causa principal se deu no âmbito político, inicialmente. Com o fim da oligarquia Accioly e a chegada de Franco Rabelo ao governo do Ceará, iniciam-se sérios desentendimentos entre este último e o Padre Cícero, chegando ao ponto de Franco Rabelo demitir Padre Cícero do posto de Prefeito de Juazeiro. A partir desse fato, grande revolta irá começar, até seu estouro como uma luta armada, onde Juazeiro, fortalecido pelas levas de sertanejos que vinham de todas as regiões do Nordeste em defesa do Padrinho, terminado com o Juazeiro vitoriosos desse episódio, do ponto de vista político.

Com a ascensão política e econômica de Juazeiro e do seu patriarca, logo conquistas junto ao Estado foram sendo garantidas nos anos posteriores, merecendo destaque a pavimentação das ruas do centro urbano da localidade, a chegada da linha férrea na década de 20 do século XX, dentre outras. Mais os ganhos políticos, junto à atuação do Estado, não se deram somente ao nível local, a reintegração da produção nordestina na economia mundial após 1918 e o vasto programa de obras públicas executado no sertão semi-árido, visando à produção de algodão para exportação, só se tornou possível em grande parte, graças à influência do patriarca junto aos camponeses, que inculcava os padrões de valores de uma economia baseada no trabalho assalariado, criando assim um batalhão de mão-de-obra barata.

No período da atual fase do capitalismo, o Estado pode assumir figuras distintas na produção do espaço, ora como grande industrial, em outros momentos como dono de terras, agindo como proprietário fundiário, ou mesmo agindo como promotor imobiliário, sem deixar, porém, de ser um agente da regulação do uso do solo, na disposição de leis e legislação e na implantação de infraestrutura, sendo esta última, a atuação que se dá de modo mais coerente e esperado.

Entretanto, o Estado não se apresenta de forma neutra, acima da luta de classes sociais, ao contrário, ele (o Estado) defende o interesse das classes dominantes (hegemônicas) e reforça a segregação sócio-espacial na produção e reprodução do espaço urbano. Essa atuação apresenta-se de forma mais visível no âmbito político-administrativo da esfera de atuação municipal, onde os interesses tornam-se mais evidentes e os discursos menos eficazes.

Afinal, a legislação garante a municipalidade muitos poderes sobre o espaço urbano, poder que advém, ao que parece, de uma longa tradição reforçada pelo fato de que, uma economia cada vez mais monopolista, o setor fundiário e imobiliário, menos concentrados, constituem-se em um fértil campo de atuação para as elites locais. (CORRÊA, 1993, p. 26)

Podemos perceber com isso, que o Estado atua de modo a reforçar, cada vez mais, uma economia monopolista, viabilizando o processo de acumulação e reprodução das classes sociais. (CORRÊA, 2012).

Um caso clássico de atuação do Estado capitalista é o da expulsão dos pobres de áreas que passam a ser alvo de atuação de interesses das classes dominantes, principalmente do capital imobiliário, são exemplos: abertura e alargamento de ruas e avenidas, produção de bairros de status, a utilização de antigos espaços residenciais voltados para uma nova lógica comercial e de serviços, exemplos estes que aconteceram no decorrer da produção e reprodução do núcleo de formação histórico da cidade de Juazeiro do Norte. Carlos (2001, p. 15) reforça essa idéia ao afirmar que: “A ação do Estado - por intermédio do poder local - ao intervir no processo de produção da cidade reforça a hierarquia de lugares, criando novas centralidades e expulsando para a periferia os antigos habitantes, criando um espaço de dominação.”. A partir dessas ações do próprio Estado, principalmente na esfera municipal, ajudou a apagar muito dos vestígios históricos, presentes na paisagem do núcleo de formação histórico da cidade de Juazeiro do Norte, muita das vezes com o intuito de modernizar esses espaços, ou mesmo, de criar investimentos que facilitam o processo de reprodução do capital nesse espaço, aonde a instalação de estacionamentos vêm sendo o foco principal, presente na destruição da memória urbana da cidade.

Exemplo claro da negligência do Estado, na esfera municipal, deve-se ao processo de tombamento iniciado em 2010, visando o primeiro centenário de emancipação política da cidade, que a partir do Decreto n.º 425, de 13 de setembro de 2010, publicado no Diário Oficial do Município, declarou como patrimônio histórico, cultural e artístico do município um conjunto residencial, constituído de edifícios, sendo um total de cinco edificações. Porém, um ano após o tombamento das referidas residências, houve um processo de “destombamento”, onde foi publicado no Diário Oficial do Município o Decreto n.º 510, revogando o decreto anteriormente citado, excluindo um dos imóveis antes tombados, sendo que meses depois, o mesmo apareceu com uma placa de venda de uma imobiliária. Isso reflete claramente o interesse do Estado para com o capital em detrimento da memória urbana da cidade.

Portanto, o espaço urbano é reflexo da atuação, principalmente do Estado que ratifica a todo o momento a segregação sócio-espacial na produção e reprodução do espaço, assumindo também papel de diferentes agentes sociais e contribuindo em conjunto com esses agentes dominantes de cada período histórico.

A Igreja

Para análise desse agente modelador do espaço urbano, também devemos ater as funções que desenvolveu em diferentes períodos da construção histórica das cidades no Brasil, como ocorreu no caso do Estado. Ressalta Rosendahl (2009) que para compreendermos o processo de produção espacial das cidades “[...] é preciso tratar igualmente da técnica, da política e da religião, sobretudo do aspecto religioso da transformação” (p. 19). Porém, diferentemente do papel exercido pelo Estado, a função da igreja como agente modelador do espaço urbano, veio decaindo com o tempo, enquanto que o primeiro teve, cada vez mais, sua atuação ganhando expressão e destaque.

⁶Sobre o sistema de padroado, Vasconcelos (1997, p. 250) aponta que: o sistema de padroado correspondia, no Brasil, a um acordo entre o papado e a coroa portuguesa, em que a mesma recebia os dízimos relativos à igreja, e ficava responsável pela manutenção das despesas da igreja no Brasil, reforçando, assim, a tese da atuação conjunta do Estado e da igreja nesse período.

Em um primeiro momento, a igreja se destaca a partir de duas frentes de análise, que se dá por um lado pela hierarquia da igreja que atua junto ao Estado colonial numa espécie de simbiose entre Estado e Igreja, através do sistema de padroado⁶ e pelas ordens leigas, sendo esta última independente do Estado e da hierarquia local para exercer suas funções.

O clero secular era composto de um lado pelo bispado e de outro pelos párocos e vigários. Sendo estes primeiros, responsáveis pelas funções de manutenção e instalação territoriais de seminários, catedrais, igreja matrizes, paróquias, etc. Enquanto os segundos, são os responsáveis diretos pela devoção espiritual da população e de realização de cerimônias locais, bem como, também, poderia ser destacados a exercer funções como capelães militares, serviços direto aos senhores de engenho ou contratados para trabalharem nos navios negreiros.

A consolidação de equipamentos religiosos no espaço urbano das cidades produziu uma divisão do território planejada pela igreja (direto ou indiretamente), que teve papel fundamental na formação de povoados e consolidação de territórios. Sobre essas afirmativas Vasconcelos (1997) aponta:

Essas divisões entre paróquias e freguesias tiveram importância, até no momento atual, nas conseqüentes divisões administrativas da cidade. As igrejas matrizes correspondiam aos núcleos das paróquias (e dos futuros bairros), tendo uma importante função social, tanto no que se refere ao local de encontro e sociabilidade (missas, casamentos, batizados, festas religiosas, peças teatrais e etc.) [...] como no papel de registro civil (censo, batismo, casamentos, etc.). (p. 251)

No caso de Juazeiro do Norte, o núcleo urbano de formação da cidade começa a se expandir a partir da construção de uma capela e um aglomerado de construções que surgem no seu entorno (Casa-Grande, casebres de taipa cobertas de telhas e outras com palhas de carnaúba ou de palmeira, engenho, aviamento, senzala, etc.), essa afirmativa se evidencia, quando recorreremos a diferentes documentos históricos que relatam a expansão da povoação de Juazeiro do Norte, bem como das localidades próximas, sendo que as capelas eram construídas, geralmente, a partir da doação de terras por um rico fazendeiro ou mesmo pela compra, onde o proprietário ou aquele que recebia a terra edificava no local uma capela em homenagem ao santo de sua devoção, em geral, este santo tornava-se o padroeiro das futuras cidades. Como é apontado por Silva (1992, p. 79): “Presente na organização espacial das fazendas, a capela representava a materialização ideológica das doutrinas católica difundidas entre a população”.

O clero regular também desenvolve papel importante no desenvolvimento e constituição das cidades no Brasil. Tendo maior destaque, entre todos, os Jesuítas, sendo que outras ordens

também atuaram na produção e consolidação do território brasileiro. No entanto, suas atuações (padres jesuítas) se deram com maior expressividade nas cidades litorâneas brasileiras, como no caso de Salvador, Recife, Rio de Janeiro.

No Ceará, os Jesuítas tiveram atuação mais significativa na Região Norte e no litoral. No Sul do Ceará, onde se encontra a região do Cariri, localidade a qual pertence Juazeiro, a catequização dos indígenas aqui existentes se deve aos padres capuchinhos, vindos “[...] do hospício de Olinda, que pregavam o Evangelho na Zona do São Francisco e seguiram a marcha colonizadora do gado. Os capuchinhos exerceram o papel dos jesuítas que atuaram no litoral cearense” (SOARES, 1966, p. 25), a partir de suas atuações, serão fundadas por ordem do bispado da Capitania de Pernambuco as duas primeiras freguesias da Região Cariri, sendo estas, a Freguesia de São José dos Cariris Novos (Missão Velha) e a Freguesia da Missão do Miranda (Crato), ambas em meados do século XVIII, sendo esta primeira, desmembrada da Freguesia de Icó, apresentando-se de grande porte como uma diocese.

As edificações estabelecidas por essas ordens, também despontam de grande importância para a compreensão da expansão das cidades, pois sendo essas ordens consumidoras de grandes espaços, ou seja, não poderia se instalar no núcleo central já existente buscava assim, se instalar na periferia das cidades, vilas e povoados, tornando-se eixo de expansão da malha urbana que iam crescendo em busca dos seminários, escolas, capelas, hospitais, casas de caridades, etc.

As cidades interioranas funcionaram com maior expressividade as ordens terceiras ou leigas e irmandades, fundadas por padres ou grupos sociais, e eram constituídas de pessoas da própria população. Como ocorrerá em diferentes localidades do Cariri, onde equipamentos urbanos como as casas de caridades, escolas e capelas tornaram-se eixo de expansão dos povoados, vilas e cidades.

Merece destaque na fundação dessas irmandades, formado por mulheres, principalmente viúvas que fazem um voto de castidade e ajudam na produção destes equipamentos nas diferentes localidades do Cariri Cearense criadas pelo Padre Ibiapina⁷. Sua atuação na região ocorreu entre os anos de 1864 a 1865, e, posteriormente, de 1868 a 1869, sendo sua missão missionária salutar em todo o território do Nordeste Brasileiro. Por toda parte era recebido com veneração, por pobres e ricos.

Visto que, sua forma de atuação missionária na região, buscava recuperar o povo para a Igreja, não se restringindo somente a forma eclesial, buscou produzir melhorias materiais (Tabela 1), dentre as quais, podemos citar na Região do Cariri as realizadas nas localidades de Missão Velha, Milagres, Barbalha, Porteiras, Crato, Caldas as zonas beneficiadas.

No caso de Juazeiro podemos destacar a ação desenvolvida pelas atuações do:

[...] Apostolado do Sagrado Coração de Jesus e a Confraria de São Vicente de Paulo -, foram criadas anteriormente aos “milagres” de 1889 e [...] desempenharam um papel nada desprezível na gestação da crença nos “milagres do Joazeiro”. Quatro outras irmandades foram reativadas ou, então, fundadas [...] a saber: a Confraria de Nossa Senhora das Dores (padroeira da capela de Joazeiro), a do Santíssimo Sacramento, a do Precioso Sangue e, por fim, a da Legião da Cruz, fundada em 7 de julho de 1985. (DELLA CAVA, 1976, p. 90).

Sendo que está última desenvolverá papel de destaque, encampando as principais lutas em defesa dos “milagres”, do Padre Cícero e do povoado de Juazeiro, que serão de fundamental importância para emancipação e consolidação da cidade e seu posterior desenvolvimento urbano, como foi destacado anteriormente.

As ordens leigas também exercem papel fundamental na modelação do espaço urbano das cidades brasileiras, sendo que estas produziram hospitais, conventos, casas de caridade para viúvas e órfãos, eram donos de casas de alugueis e hospedagens e divididas segundo classes, etnia, sexo. Sendo que no Juazeiro do Norte, as ordens não havia essas divisões, principalmente, dado pela luta a favor do “milagre” e do Padre Cícero.

⁷ José Antonio Pereira Ibiapina ou Padre Ibiapina como ficou conhecido, foi um missionário pelo Nordeste Brasileiro, que buscou pregar a toda gente, buscando recuperar o povo para a Igreja, a tratar os doentes da epidemia da cólera, que nesse período assolava várias localidades do Nordeste, criou várias Casas de Caridades, sendo que estas acolhiam os órfãos das classes mais pobres, ao mesmo tempo, servindo de escola para as filhas dos ricos fazendeiros e comerciantes, fundou congregações de freiras no intuito de ajudá-lo nesse trabalho (mesmo sem o reconhecimento eclesial). Pontuar a atuação do Padre Ibiapina, torna-se importante, não somente pelo papel exercido por ele na região, mais principalmente pela influência indireta que o mesmo vai exercer sobre o Padre Cícero (patriarca de Juazeiro), ao passo que este último exercerá um papel bem próximo ao exercido pelo Padre Ibiapina, com a principal diferença que Padre Cícero se estabelece no Juazeiro, enquanto que o Padre Ibiapina desenvolveu seu trabalho missionário pelos Sertões Nordestino.

Tabela 1 – Obras do Padre Ibiapina no Cariri – 1865 a 1869

Localidade	Obra	Inauguração
Barbalha	Cacimba Pública	-----*
	Cemitério para os coléricos	-----*
	Conclusão dos serviços da Igreja Matriz	-----*
	Casa de Caridade	28 de abril de 1869
Vila do Caldas	Açude para abastecimento d'água	-----*
	Capela	-----*
Crato	Casa de Caridade	7 de março de 1869
Missão Velha	Casa de Caridade	2 de fevereiro de 1865
Milagres	Açude para abastecimento d'água (Serra da Mãozinha)	-----*
Porteiras	Açude para abastecimento d'água	-----*
	Capela	-----*

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em História do Cariri, 2010c. *As informações referentes às datas de inauguração não foram encontradas.

⁸ O movimento da “Igreja dentro da Igreja” é citado no documento do primeiro Inquérito sobre o “milagre”, encontrado por Della Cava (1976) em uma cópia autêntica do processo de inquérito pelo Exmo. e Revdmo. dr. Dom Joaquim José Vieira sobre os fatos extraordinários ocorridos em Joazeiro, 1981. Sobre o fato, cita-se: “Cada página do relatório do Padre Clycério, intitulado “O Progresso do Inquérito”, proclamava os “milagres do Joazeiro” como sendo de origem divina. O documento era ao mesmo tempo uma defesa, tomando o partido, dos “fatos extraordinários” e uma evidência, de “uma igreja dentro da igreja?” (p. 56).

Isso justifica, de certa forma, a predominância do catolicismo popular sobre o catolicismo oficial, como ocorreu em Juazeiro do Norte e na maioria das cidades interioranas, que se deu pela ausência das ordens tradicionais como ocorria nas cidades litorâneas e pela atuação das ordens leigas não oficiais, como as criadas pelo Padre Ibiapina, e, posteriormente, pelo Padre Cícero e seus seguidores.

No entanto, houve um processo que se desencadeou no Brasil, principalmente após a proclamação da república, onde o Estado e a igreja rompem seus laços de poder oficial. A partir desse momento inicia-se uma tentativa de romanização do catolicismo, onde os bispos se colocavam contra ações de religiosos e leigos na prática de doutrinas não reconhecidas por Roma.

Esse movimento é visto na expulsão do Padre Ibiapina que vinha desenvolver trabalho de caridades na Região do Cariri Cearense e de outras localidades do Nordeste brasileiro. As autoridades religiosas, logo repreenderam o Padre Ibiapina.

Maior expressividade teve a luta que começou a ser travada entre o Juazeiro e do Padre Cícero, contra o bispo de Fortaleza D. Joaquin, pelo reconhecimento e divulgação do “milagre em Joazeiro”, ocorrido no dia 1º de março de 1889, onde a Beata Maria de Araújo, ao receber a comunhão do Padre Cícero a hóstia caiu por terra tingida de sangue do qual se acredita ser de Cristo, constituindo-se de um ato hierofanico. Esse fato acabou por criar um movimento da “igreja dentro da igreja”⁸, como foi chamado no primeiro relatório enviado ao bispo pelos padres que vieram em comissão investigar o milagre.

Essa forma de conflito também se apresenta como algo de fundamental importância para a produção e evolução do núcleo urbano da cidade, que a partir desse fenômeno transformava-se totalmente no decorrer dos anos que se sucedem. Pois, é graças a esse não reconhecimento da Igreja a esse ato hierofanico e a suspensão das ordens eclesiásticas do Padre Cícero que esse

movimento ganhará força e cada vez mais, um maior número de seguidores, constituindo um grande fluxo demográfico de peregrinos para a localidade de Juazeiro do Norte, que acreditam ser uma cidade-santa (hierópolis).

Com a notícia surgida, da instalação de um bispado no Cariri, motivo esse que levará Padre Cícero a se engajar de vez na luta pela emancipação política de Juazeiro, pois com a vinda do Bispado para Juazeiro do Norte, cria o Padre que poderia se provar a Igreja oficial, de que o Juazeiro não se constituía de uma terra de fanatismo, como era constantemente taxada na época, assim Padre Cícero se engajou decisivamente, chegando até mesmo a mandar construir um edifício para sediar o bispado, fato esse que não veio a ocorrer, pois o bispado da região foi instalado na localidade de Crato, porém com sua decisiva liderança, como apontado anteriormente, o Juazeiro veio a tornar-se independente.

Com base na construção de Juazeiro como sendo uma hierópolis, desde antes desta torna-se cidade, fato que veio a ocorrer apenas em 1914, cada local que aparece com alguma representatividade do Sagrado, que venha a se constituir como uma hierofania torna-se eixo de expansão da cidade, são exemplos desse processo a Serra do Horto⁹, as Igrejas que eram construídas, a residência do Padre Cícero, dentre outras localidades presentes na cidade.

A igreja, assim como outros agentes, também desenvolve outros papéis na produção do espaço, como proprietário fundiário e promotor imobiliário. Suas atuações mais recentemente estão vinculadas a propagação dos cultos religiosos mais atua como promotora de ensino, através de escolas ligadas às ordens religiosas, no caso de Juazeiro do Norte pode destacar o colégio Salesiano, da ordem de mesmo nome.

A população

Cabe aqui discutir a população, entendendo que essa pode ser analisada em Juazeiro do Norte a partir, das famílias tradicionais da cidade (as elites), dos romeiros e grupos excluídos (trabalhadores rurais e pequenos comerciantes), pois estes, em diferentes períodos da história da cidade, vão exercer papel fundamental na sua produção e reprodução, atuando junto aos demais agentes modeladores, ora como incentivador das iniciativas, ora lutando pela resistência a outras ações.

Um primeiro momento a se analisar é o período de constituição do lugar, como apontado anteriormente, foi povoado pelo Padre Pedro Ribeiro, em 1827, a partir da instalação da capela e das primeiras bem feitorias na povoação que começa a despontar, nesse período as terras ainda faziam parte da freguesia do Crato. Porém, é com a chegada do Padre Cícero em 1872 e o fato hierofânico “o milagre de Joazeiro” em 1889, que o lugar começa a sofrer uma grande expansão.

Nesse momento a vinda de muitos romeiros, sertanejos, vindos de diferentes partes do Nordeste, vão contribuir para a expansão do povoado, juntamente com os grupos marginalizados já existentes no lugar (em sua grande maioria, descendentes de escravos, crioulos ou pessoas de pequeno poder aquisitivo) que trabalhavam como mão-de-obra para as famílias tradicionais (principalmente nas propriedades rurais - cultivo, engenhos, gado, etc.), tendo, também, papéis decisivos na defesa do “milagre” e de Juazeiro contra, em um primeiro momento, a Igreja Secular, principalmente na figura do bispo D. Joaquim, bispo de Fortaleza, e posteriormente contra o Estado, visto que a legião de seguidores do Padre Cícero e das “causa de Juazeiro” cresciam a cada dia e se configurava como um forte movimento ideológico que poderia se apresentar, como sendo, um risco para ambos (Igreja Secular e Estado), tanto no que diz respeito às tentativas de romanização do catolicismo, como um movimento insurgente politicamente no interior do Ceará.

Essa afirmativa fica clara nas afirmações de Della Cava (1978), quando o mesmo diz que: “Inconscientemente, o movimento religiosos de Joazeiro tornava-se parte integrante da política patrimonial brasileira, apesar da intensa desconfiança que o movimento gerou contra a autoridade institucional da igreja” (p. 73).

⁹ A Serra do Horto, no tempo que o Padre Cícero chegou ao Juazeiro, era conhecida como Serra do Catolé. Passa a se denominar Serra do Horto, pela sua caracterização geológico-geomorfológica, sendo um cristalino, que lembra em grande parte os relatos feitos na bíblia do Horto das Oliveiras, local onde Jesus foi crucificado. Segundo cresça popular existente entre alguns romeiros, estes acreditam que o próprio Jesus foi crucificado e sepultado neste local (Serra do Horto), onde ao final existe um lugar denominado Santo Sepulcro, dado pela mesma caracterização anteriormente citada.

Esse movimento, formado em grande parte, por essa população, nesse período de 1891 a 1894, faz alavancar a economia de Juazeiro pelas arrecadações que faziam para o movimento em defesa do “milagre” e da localidade, bem como, as doações recebidas de grandes proprietários rurais da região do Cariri.

Papel importante, também será desempenhado pela população no movimento da emancipação política do Juazeiro que se inicia a partir de 1907 e termina vitoriosa em 1911, depois de lutas contra o Crato e mesmo contra o Estado, bem como, no período da sedição de 1914 (guerra de 1914), que mobilizaram muitos dos adeptos do Padre Cícero em uma luta política em defesa do Coronel Adauto Bezerra a governador do Ceará, guerra essa que se estendeu até proximidades de Fortaleza, a partir de conquistas de territórios de outros municípios, graças à presença da população nas causas de Juazeiro.

A população nova, que crescia a partir da vinda de novos romeiros, expandia a malha urbana da cidade, principalmente para as proximidades dos lugares tidos com representatividade hierofânica, sendo que o núcleo de formação histórico tornava-se local de habitação das elites locais e filhos da terra, enquanto que a periferia tornava-se locais de habitação dos romeiros que não possuíam riquezas (Figura 2).

¹⁰ Aqui apresentamos centro histórico, não como uma categoria patrimonial, mais para destacar a porção do espaço que teve um papel de centralidade no período citado, sendo que no desenvolvimento econômico e espacial sofrido por Juazeiro, nos anos decorrentes, novas centralidades irão surgir no seu espaço urbano.

Figura 2 – Evolução urbana de Juazeiro do Norte - 1955



Fonte: O Cariri – Crato – Juazeiro do Norte, 1966. Apresenta um recorte do núcleo de formação histórico da cidade no século XIX.

No período atual, a população, principalmente, a expressa nos grupos excluídos, torna-se defensores do direito a cidade, questionando em determinados momentos, atuações dos outros agentes sociais, sobretudo na figura do Estado, que em suas ações privilegia a classe dominante em detrimento dos grupos excluídos.

Assim como em outras cidades médias e metrópoles, a população vai sendo cada vez mais

deslocada para periferia da cidade, sendo condicionado pela ação de outros agentes, tornando-se, efetivamente, agentes produtores do seu espaço, quando estas atuam na produção de conjuntos habitacionais, como se manifesta no caso do bairro Frei Damião em Juazeiro do Norte, que surge sem uma infraestrutura adequada e esta só passa a existir, a partir de pressões da comunidade ou por interesses, principalmente eleitores do Estado (CORRÊA, 1993).

Sendo assim, torna-se de fundamental importância compreender a atuação da comunidade como agente modelador do espaço em Juazeiro do Norte, pelo papel que ela exerce, nos diferentes períodos da história da cidade.

Os agentes econômicos

Como destacou Vasconcelos (1997), os agentes econômicos no seu estudo sobre “*os agentes modeladores da cidade no período colonial*”, utilizamos essa categoria também em nossa análise, sendo que estes (os agentes econômicos), podem ser analisados através dos proprietários rurais, os comerciantes e artesãos. Estes agentes desenvolvem papéis, tanto na produção espacial da expansão do povoado até torna-se cidade, em um primeiro momento de sua formação, ainda vinculado ao território do Crato e no seu desenvolvimento posterior. Em um segundo momento, no atual processo do capitalismo moderno, com papéis diferentes. Também apontamos para os promotores imobiliários, especialmente, na modificação da paisagem do núcleo de formação histórico da cidade.

Os proprietários rurais, vão se estabelecer nas zonas rurais, fora da cidade, mais também se fazem presente na vida da cidade, isso se deve, pelo fato de que, esses proprietários faziam parte das câmaras municipais, efetuavam grandes doações de bens a igreja, participavam das ordens e irmandades e construirão grandes casarões, onde se estabeleciam, particularmente, em momentos de festejos religiosos e períodos de entressafra (VASCONCELOS, 1997).

Alguns desses fatos podem ser destacados para compreendermos a consolidação do povoado de Juazeiro do Norte, na doação de terras, escravos e dinheiro, por parte de proprietários rurais, para a igreja num primeiro momento e em um segundo momento, assumindo a luta do movimento do Juazeiro, ligado a figura do Padre Cícero e ao “milagre”, posteriormente, essas ações refletem no desenvolvimento econômico do local, estabelecendo assim, dentro de uma estrutura que iniciasse no início da república, dando o subsídio necessário para a obtenção da emancipação e a consolidação política, econômica e ideológica na região do Cariri (DELLA CAVA, 1978).

Os artesãos também vão exercer um papel fundamental no desenvolvimento de Juazeiro do Norte em seus primórdios, especialmente na expansão urbana da cidade, que no início do século XX já despontava, tendo sua população, algo em torno de 15.050 habitantes (BARTOLOMEU, 2010). “Em 1909, os artesões de Joazeiro mudaram-se de suas casas e instalaram oficinas espaçosas e equipadas de máquinas, localizando-se no centro da cidade para ficarem mais ao alcance da categoria dos assalariados, que aumentava, e da freguesia em geral.” (DELLA CAVA, 1978, p.125). Também atuaram na construção de casas e igrejas, como ocorreu em períodos anteriores, em cidades coloniais, como aponta Vasconcelos (1997, p. 264): “Os artesões foram os discretos responsáveis pela construção de inúmeras igrejas nas cidades coloniais brasileiras, sobretudo as encomendadas pelas irmandades.”

De certa forma, desde o início de sua povoação, no período imperial, até a consolidação do lugar e seu desenvolvimento na luta pela emancipação, o Juazeiro do Norte tem sua expansão urbana com características que remetem à construção das cidades coloniais, guardadas as devidas proporções.

Por sua vez, os promotores imobiliários, são entendidos como um conjunto de agentes que realizam uma determinada função no setor imobiliário, ou mesmo duas ou mais funções

(parcialmente ou totalmente), estas operações são: a incorporação, financiamento, estudo técnico, construção ou produção física do imóvel e a comercialização ou transformação do capital mercador em capital dinheiro (CORRÊA, 2012).

A ação dos promotores imobiliários começa a ter destaque na produção espacial do núcleo de formação histórico de Juazeiro do Norte, a partir da década de 1950, em um momento de ruptura no espaço, que se deve a questão econômica, quando começam a ocorrer grandes transformações na funcionalidade do local, sendo que a paisagem sofre enormes modificações.

É nesse período que as grandes famílias tradicionais, começam a abandonar o centro histórico (espaço de formação da cidade) da cidade como local de habitação, e este espaço passa a ser ocupado, para exercer uma função cada vez mais comercial e de serviços, vendo que é nesse período que começam a se instalar as grandes lojas de atacado e varejo, bancos, entre outros serviços no núcleo de formação histórico de Juazeiro do Norte. Com esse processo de refuncionalização do núcleo de formação histórico, os antigos casarões começam a ser demolidos e dão lugar aos prédios modernos do comércio e serviço que estão surgindo, bem como, estacionamentos.

Nessa perspectiva, os promotores imobiliários entram em ação na transformação desse espaço, sendo que eles irão desempenhar a função de venda dessas antigas edificações, para que as mesmas venham desempenhar essa nova função na apropriação do uso do espaço urbano, cada vez mais, passando a ser local de trocas, em detrimento ao seu valor de uso coletivo da sociedade (valor de uso).

Considerações finais

Pretendemos com esse trabalho, dar uma contribuição no debate sobre a produção espacial de Juazeiro do Norte, apontando para o recorte espacial do seu núcleo de formação histórico, que no decorrer de diferentes períodos sofreu com a atuação dos diferentes agentes modeladores, presentes na produção do espaço urbano da cidade.

Podemos destacar que as atuações desses agentes deixaram marcas na paisagem urbana da cidade, contrastando as diferentes formas de atuação que variam no tempo e no espaço da cidade.

Portanto, a atuação dos agentes modeladores da produção do núcleo de formação histórico de Juazeiro do Norte contribuiu, significativamente, no processo de produção inicial desse espaço, seu posterior desenvolvimento, principalmente após a chegada do Padre Cícero, onde o local passa a ser tido como uma cidade-sagrada, hierópolis, graças ao ato hierofânico, que vai da início a um grande fluxo demográfico para localidade, ao mesmo tempo em que transforma o Padre Cícero em um agente simbólico, ímpar, na produção espacial da cidade de Juazeiro do Norte, sendo que sua figura permanece como tal até os dias atuais, produzindo reflexos diretos na espacialidade da cidade.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTO, Iná Elias de. et al. (Org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 197-245.

_____. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. et al. (Org.). **A produção do espaço urbano**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 19-39.

BARTOLOMEU, Floro. **Juazeiro e o Padre Cícero**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **O espaço urbano**: Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur edições, 2007. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/labur.htm>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2011.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur edições, 2007. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/labur.htm>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. et al. (Org.). **A produção do espaço urbano**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 41-51.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. Da conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos da capitania do Siará Grande. In: SOUZA, Simone de (org). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1989. p. 23-41.

HARVEY, David. A experiência do espaço e do tempo. In: HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 21.ed. São Paulo: Loyola, 1992. p. 185-289.

JUAZEIRO DO NORTE. Poder Executivo. Decreto nº 425 de 13 de setembro de 2010. Declara patrimônio histórico, cultural e artístico do Município de Juazeiro do Norte, o conjunto residencial constituído de edificações ao longo da Rua Padre Cícero, nesta cidade. **Diário Oficial do Município**, Juazeiro do Norte, 20 set. 2010. Caderno I, Ano XII, nº 2864, p. 1. Disponível em: <<http://www2.juazeiro.ce.gov.br/Diario-Oficial/2864-20092010.pdf>>. Acesso em: 14 de outubro de 2012.

JUAZEIRO DO NORTE. Poder Executivo. Decreto nº 510 de 07 de dezembro de 2011. Revoga o nº 5, do art. 1.º do Decreto Municipal nº 425, de 13 de setembro de 2010. **Diário Oficial do Município**, Juazeiro do Norte, 13 dez. 2011. Caderno I, Ano XIV, nº 3163, p. 9. Disponível em: <<http://www2.juazeiro.ce.gov.br/Diario-Oficial/3163-13122011.pdf>>. Acesso em: 14 de outubro de 2012.

MACÊDO, Joaryvar. Origens de Juazeiro do Norte. **Revista do Instituto do Ceará histórico, geográfico e antropológico**, Fortaleza, A024, p. 239-25, 1978. Disponível em: <http://www.institutodoceara.org.br/asp/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=2216>. Acesso em: 13 de dezembro de 2012.

OLIVEIRA, Amália Xavier de. **O Padre Cícero que eu conheci**. Recife: Editora Massangana, 1982.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e religião**: uma abordagem geográfica. 2.ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

_____. **Hierópolis**: o sagrado e o profano. 2.ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Josier Ferreira da. Barbalha: gênese urbana – o processo de formação da cidade de Barbalha no contexto regional. 1992. **Monografia** (Especialização em Análise Ambiental Urbana) – Centro de Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - CE.

SOARES, Douracy. **O Cariri** - Crato - Juazeiro do Norte. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1966.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A utilização dos agentes sociais nos estudos de geografia urbana: avanço ou recuo? In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. et al. (Org.). **A produção do espaço urbano**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 75-96.

_____. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTO, Iná Elias de. et al. (Org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 247-278.

Correspondência:

Paulo Wendell Alves de Oliveira

E-mail: paulowendell@bol.com.br

Recebido em 27 de janeiro de 2014.

Revisado pelo autor em 31 de julho de 2015.

Aceito para publicação em 01 de agosto de 2015.